



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CAMPUS SANTA TERESA

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 DO OBJETO**

1.1 Contratação de empresa para prestação de serviços comuns de mão de obra agropecuária de forma contínua, mediante postos de trabalho, para atender a demanda do Ifes Campus Santa Teresa, com fornecimento de mão de obra e equipamentos de proteção individual (EPI), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 O local da prestação dos serviços é no Instituto Federal de Educação, ciência e Tecnologia do Espírito Santo Campus Santa Teresa, situado à Rodovia ES 080, Km 93, São João de Petrópolis, Santa Teresa/ES, CEP. 29.660-000, conforme quadro a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	CATSER	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL		
				MENSAL UNITÁRIO	MENSAL TOTAL	ANUAL
1	TRABALHADOR AGROPECUÁRIO EM GERAL, 44 HORAS SEMANAL.	6	15300	R\$ 3.670,76	R\$ 22.024,58	R\$ 264.294,90
	TRABALHADOR AGROPECUÁRIO EM GERAL, ESCALA 12 X 36 HORAS.	10	15300	R\$ 3.651,85	R\$ 36.518,53	R\$ 438.222,30
	OPERADOR DE MOTOSSERRA 44 HORAS SEMANAL	1	15300	R\$ 4.021,81	R\$ 4.021,81	R\$ 48.261,75
	TRATORISTA AGRÍCOLA -44 HORAS SEMANAL	1	15300	R\$ 7.126,50	R\$ 7.126,50	R\$ 85.518,00
	OPERADOR DE MÁQUINA ROÇADEIRA 44 HORAS	2	15300	R\$ 3.712,14	R\$ 7.724,28	R\$ 89.091,42

	SEMANAL					
	OPERADOR DE CALDEIRA – 44 HORAS SEMANAL	1	15300	R\$ 4.252,45	R 4.252,45	R\$ 51.029,44
	PREPOSTO – 44 HORAS SEMANAL	1	15300	R\$ 3.882,25	R\$ 3.882,25	R\$ 46.586,96
	<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 85.250,40</b>	<b>R\$ 1.023.004,77</b>

## 2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 O objetivo desta contratação é fornecer condições para que as demandas diárias e frequentes que são desenvolvidas na instituição, relacionadas aos serviços da fazenda, sejam realizadas com máxima eficiência e eficácia e que, se interrompidas, podem comprometer a promoção do ensino, da pesquisa e da extensão. Nesses moldes, a referida contratação garante parte das ações que afetam diretamente a educação pública de qualidade.

2.2 O Campus Santa Teresa não dispõe, em seu quadro de servidores, os perfis profissionais de que necessita para suprir os serviços objeto deste instrumento, assim como necessita de profissionais qualificados e habilitados para realizar os serviços mencionados. Por esse motivo, esses serviços poderão ser terceirizados por meio de execução indireta conforme disposto no Decreto 9.507/2018, em conformidade com a instrução normativa MPOG Nº. 05 de 26 de maio de 2017, garantindo o adequado desenvolvimento/suporte das atividades práticas, rotineiras e de manutenção do “complexo agropedagógico” existente na fazenda do Ifes Campus Santa Teresa.

2.3 Justifica-se a continuidade dos serviços, uma vez que a demanda de atividades é diária e frequente, que se interrompida pode comprometer o bom funcionamento da instituição. Dessa forma se garante um bom atendimento a comunidade escolar, zelando pelo interesse público.

2.4 Importante registrar as disposições do art. 7º da IN nº 05/2017 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que trata das atividades passíveis de execução indireta:

Art. 7º Nos termos da legislação, serão objeto de execução indireta as atividades previstas em Decreto que regulamenta a matéria.

§1º A Administração poderá contratar, mediante terceirização, as atividades dos cargos extintos ou em extinção, tais como os elencados na Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998.

§ 2º As funções elencadas nas contratações de prestação de serviços deverão observar a nomenclatura estabelecida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), do Ministério do Trabalho, ou outra que vier a substituí-la.

## 3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A contratação deverá contemplar a prestação de serviços de trabalhador agropecuário em geral, operador de motosserra, operador de máquina roçadeira, operador de caldeira, tratorista agrícola e encarregado, além de todos os equipamentos de proteção individual (EPI's) necessários para garantir a integridade física dos profissionais que atuarão no desenvolvimento das atividades através de empresa especializada e legalmente estabelecida, para o Instituto Federal do Espírito Santo Campus Santa Teresa.

3.2 Foi realizado levantamento de preços para compor a planilha com valores estimativos, através de pesquisa de preços com empresas que prestam os serviços de acordo com os postos e quantidades descritas neste termo de referência

3.2 Para melhor execução, acompanhamento e principalmente fiscalização dos serviços a serem contratados, a empresa vencedora do certame licitatório deverá possuir ou se comprometer a instalar em até 60 dias, comprovação de instalação de escritório administrativo a uma distância máxima de 100 km do Ifes Campus Santa Teresa, para que exista maior segurança na resolução de possíveis necessidades contratuais.

3.3 A Contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços.

3.4 O contrato terá vigência de 12 meses, conforme artigo 57 da lei 8.666/93, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitado a 60 meses.

3.5 A contratação será realizada através da prestação de serviços com fornecimento de mão de obra exclusiva, com pagamentos mensais à contratada que deverá manter seus funcionários registrados e regularizados durante toda a prestação dos serviços. Os serviços seguirão os dispostos no Código Brasileiro de Ocupações – CBO de cada função e eventuais serviços adicionais contemplados na rotina de execução dos serviços, devendo a Contratada adaptar os contratos de trabalho e a remuneração, se for o caso, de ser empregados, bem como respeitar às Convenções Coletivas de Trabalho – CCT de cada categoria envolvida na contratação.

#### **4 CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1 Trata-se de prestação de serviço continuado com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2 Os serviços a serem contratados se enquadram nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu plano de cargos.

4.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a administração contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## 5 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Conforme Estudos Preliminares, os Requisitos da Contratação abrangem o que está disposto no quadro do item 1.

5.2 Os serviços deverão ser executados pela Contratada, conforme os requisitos legais elencados, frequências e discriminações dispostas no Termo de Referência, Edital e Contrato Administrativo de acordo com o planejamento da Administração.

5.3 A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental em conformidade com a Instrução Normativa específica, no que for aplicável ao setor de prestação de serviços, e principalmente no fornecimento de EPI's.

5.3.1 Adotar as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, todas de acordo com normas em vigor.

5.4 Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.5 O critério de julgamento adotado será o de menor preço global anual por item.

5.6 As empresas licitantes poderão realizar vistoria, não obrigatória, nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, mediante prévio agendamento, até o dia útil anterior a data marcada para abertura do certame.

5.6.1 O agendamento poderá ser solicitado à Coordenadoria de Licitações e compras encaminhado através do e-mail: [licitação.st@ifes.edu.br](mailto:licitação.st@ifes.edu.br).

5.7 A contratada ficará obrigada a aceitar, no interesse da Administração, nas mesmas condições assumidas, os acréscimos ou supressões que se fizerem, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato inicial atualizado, conforme previsto em lei.

5.8 O grau de eficiência da prestação dos serviços será verificado mediante avaliação, mensal, da comissão de fiscalização e acompanhamento do contrato.

5.9 É de responsabilidade da contratada, a avaliação de insalubridade/periculosidade dos serviços/loais de trabalho, conforme LTCAT (**Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho**) contratada pela licitante vencedora, que poderá ser incluído na planilha de composição de custos e posteriormente apostilado.

5.10 Realizar periodicamente junto aos prestadores de serviço curso com instruções básicas de segurança do trabalho, em especial quanto prevenção de acidentes, observando no mínimo aos seguintes requisitos:

5.10.1 Será realizado no início do contrato e serão realizadas periódicas atualizações, a cada semestre com duração mínima de 4 horas cada.

5.10.2 Será elaborado e ministrado por profissional legalmente habilitado, em especial Engenheiro de Segurança do Trabalho, ou na ausência desse, por um Técnico em Segurança do Trabalho.

5.10.3 Abordará além de teoria, atividades práticas.

5.10.4 Na elaboração dos cursos devem ser abordados assuntos e ações, com base nas atividades que são realizadas diariamente no Campus, visando mitigar os riscos inerente às atividades realizadas.

5.10.5 Deve estar de acordo com a Portaria Nº 22.677, de 22 de outubro de 2020 e demais Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho de profissionais que atuam no campo.

5.11 As obrigações da contratada e contratante estão previstas neste Termo de Referência.

## 6 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 Os Serviços Agropecuários serão contratados por Posto de Trabalho.

6.2 A contratação deverá atender às necessidades dos serviços agropecuários do Ifes Campus Santa Teresa, com 12 (doze) posto de trabalho na jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e 5 (cinco) postos de trabalho na escala de trabalho 12 x 36 (doze por trinta e seis) horas (com um total de 22 trabalhadores).

6.3 Para a execução dos serviços Agropecuários são necessários alguns profissionais com habilidades e requisitos específicos, em conformidade com Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, conforme descritos no Quadro a seguir:

CATEGORIAS DA MÃO DE OBRA		
CÓDIGO CBO	FUNÇÃO	CONVENÇÃO COLETIVA DO TRABALHO (CCT) DA CATEGORIA PROFISSIONAL QUE EXECUTARÁ OS SERVIÇO
6210-05	TRABALHADOR AGROPECUÁRIO EM GERAL	Número de registro no MTE: ES000032/2021. Vigência: 01/01/2021 a 31/12/2021. Data-base: 1º janeiro. Abrangência: Espírito Santo.
6321-20	OPERADOR DE MOTOSSERRA	Número de registro no MTE: ES000032/2021. Vigência: 01/01/2021 a 31/12/2021. Data-base: 1º janeiro. Abrangência: Espírito Santo.
6410-15	TRATORISTA AGRÍCOLA	Número de registro no MTE: ES000032/2021. Vigência: 01/01/2021 a 31/12/2021. Data-base: 1º janeiro. Abrangência: Espírito Santo.
-	OPERADOR DE MÁQUINA ROÇADEIRA	Número de registro no MTE: ES000032/2021. Vigência: 01/01/2021 a 31/12/2021. Data-base: 1º janeiro. Abrangência: Espírito Santo.
8621-20	OPERADOR DE CALDEIRA	Número de registro no MTE: ES000032/2021. Vigência: 01/01/2021 a 31/12/2021. Data-base: 1º janeiro.

		Abrangência: Espírito Santo.
6201-10	ENCARREGADO	Número de registro no MTE: ES000032/2021. Vigência: 01/01/2021 a 31/12/2021. Data-base: 1º janeiro. Abrangência: Espírito Santo.

6.4 Não consta na CBO, a categoria de ocupação específica para Operador de Máquina Roçadeira. Porém, estas ocupações são reconhecidas e previstas no Sindicato Estadual (SINDILIMPE/ES).

6.5 No quadro abaixo apresentam-se os requisitos mínimos e competências pessoais da mão de obra a ser contratada:

REQUISITOS MÍNIMOS E COMPETÊNCIAS PESSOAIS DA MÃO DE OBRA		
FUNÇÃO	REQUISITOS MÍNIMOS	COMPETÊNCIAS PESSOAS
TRABALHADOR AGROPECUÁRIO EM GERAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>a Escolaridade mínima: Ensino Fundamental incompleto (alfabetizado);</li> <li>b Ter conhecimento das condições descritas no Projeto Básico e no contrato;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a Demonstrar resistência e condicionamento físico, compatíveis como exercício das atividades;</li> <li>b Demonstrar paciência;</li> <li>c Trabalhar em equipe;</li> <li>d Demonstrar iniciativa;</li> <li>e Demonstrar prudência;</li> <li>f Demonstrar equilíbrio físico;</li> <li>g Reconhecer limitações pessoais;</li> <li>h Demonstrar capacidade de trabalhar em alturas;</li> <li>i Contornar situações adversas;</li> <li>j Demonstrar agilidade;</li> <li>k Demonstrar controle emocional;</li> <li>l Demonstrar destreza manual.</li> <li>m Demonstrar polidez no trato com o público e colegas de trabalho.</li> </ul>
OPERADOR DE MOTOSSERRA	<ul style="list-style-type: none"> <li>a Escolaridade mínima: Ensino Fundamental incompleto (alfabetizado);</li> <li>b Ter conhecimento das condições descritas no Projeto Básico e no contrato;</li> <li>c Possuir certificado de Curso para</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a Demonstrar resistência e condicionamento físico compatíveis como exercício das atividades;</li> <li>b Demonstrar paciência;</li> <li>c Trabalhar em equipe;</li> </ul>

	<p>Operadores de Motosserra com carga horária mínima de 08 horas;</p> <p>d Possuir as habilidades necessárias para a operação precisa e eficiente dos equipamentos de roçagem, visando seu melhor rendimento e garantindo maior durabilidade do equipamento, bem como eliminando possíveis situações de riscos.</p> <p>e Passar por avaliação prática dos servidores da instituição e representantes da empresa contratada;</p>	<p>d Demonstrar iniciativa;</p> <p>e Demonstrar prudência;</p> <p>f Demonstrar equilíbrio físico;</p> <p>g Reconhecer limitações pessoais;</p> <p>h Demonstrar capacidade de trabalhar em alturas;</p> <p>i Contornar situações adversas;</p> <p>j Demonstrar agilidade;</p> <p>k Demonstrar controle emocional;</p> <p>l Demonstrar destreza manual;</p> <p>m Demonstrar polidez no trato com o público e colegas de trabalho;</p>
TRATORISTA AGRÍCOLA	<p>a Escolaridade mínima: Ensino Fundamental incompleto (alfabetizado);</p> <p>b Ter conhecimento das condições descritas no Projeto Básico e no contrato;</p> <p>c Possuir Carteira Nacional de Habilitação categoria C;</p> <p>d Possuir certificado de Curso de Operador de Tratores Agrícolas ou Curso Técnico em Agropecuária;</p> <p>e Possuir as habilidades necessárias para a operação precisa e eficiente dos equipamentos de roçagem, visando seu melhor rendimento e garantindo maior durabilidade do equipamento, bem como eliminando possíveis situações de riscos.</p> <p>f Passar por avaliação prática dos servidores da instituição e representantes da empresa contratada;</p>	<p>a Demonstrar resistência e condicionamento físico compatíveis como exercício das atividades;</p> <p>b Demonstrar paciência;</p> <p>c Trabalhar em equipe;</p> <p>d Demonstrar iniciativa;</p> <p>e Demonstrar prudência;</p> <p>f Demonstrar equilíbrio físico;</p> <p>g Reconhecer limitações pessoais;</p> <p>h Demonstrar capacidade de trabalhar em alturas;</p> <p>i Contornar situações adversas;</p> <p>j Demonstrar agilidade;</p> <p>k Demonstrar controle emocional;</p> <p>l Demonstrar destreza manual;</p> <p>m Demonstrar polidez no trato com o público e colegas de trabalho;</p>
OPERADOR DE MÁQUINA ROÇADEIRA	<p>a Escolaridade mínima: Ensino Fundamental incompleto (alfabetizado);</p> <p>b Ter conhecimento das condições descritas no Projeto Básico e no contrato;</p> <p>c Possuir certificado de Curso para</p>	<p>a Demonstrar resistência e condicionamento físico compatíveis como exercício das atividades;</p> <p>b Demonstrar paciência;</p> <p>c Trabalhar em equipe;</p> <p>d Demonstrar iniciativa;</p>

	<p>Operadores de Roçadeiras com carga horária mínima de 08 horas;</p> <p>d Possuir as habilidades necessárias para a operação precisa e eficiente dos equipamentos de roçagem, visando seu melhor rendimento e garantindo maior durabilidade do equipamento, bem como eliminando possíveis situações de riscos.</p> <p>e Passar por avaliação prática dos servidores da instituição e representantes da empresa contratada;</p>	<p>e Demonstrar prudência;</p> <p>f Demonstrar equilíbrio físico;</p> <p>g Reconhecer limitações pessoais;</p> <p>h Demonstrar capacidade de trabalhar em alturas;</p> <p>i Contornar situações adversas;</p> <p>j Demonstrar agilidade;</p> <p>k Demonstrar controle emocional;</p> <p>l Demonstrar destreza manual;</p> <p>m Demonstrar polidez no trato com o público e colegas de trabalho</p>
OPERADOR DE CALDEIRA	<p>a Escolaridade mínima: Ensino Fundamental incompleto (alfabetizado);</p> <p>b Ter conhecimento das condições descritas no Projeto Básico e no contrato;</p> <p>c Possuir certificado de Treinamento de Segurança na Operação de Caldeira, com carga horária mínima de 60 horas, com reciclagem sempre que necessário;</p> <p>d Possuir as habilidades necessárias para a operação precisa e eficiente dos equipamentos de roçagem, visando seu melhor rendimento e garantindo maior durabilidade do equipamento, bem como eliminando possíveis situações de riscos.</p> <p>e Passar por avaliação prática dos servidores da instituição e representantes da empresa contratada;</p>	<p>a Demonstrar resistência e condicionamento físico compatíveis como exercício das atividades;</p> <p>b Demonstrar paciência;</p> <p>c Trabalhar em equipe;</p> <p>d Demonstrar iniciativa;</p> <p>e Demonstrar prudência;</p> <p>f Demonstrar equilíbrio físico;</p> <p>g Reconhecer limitações pessoais;</p> <p>h Demonstrar capacidade de trabalhar em alturas;</p> <p>i Contornar situações adversas;</p> <p>j Demonstrar agilidade;</p> <p>k Demonstrar controle emocional;</p> <p>l Demonstrar destreza manual;</p> <p>m Demonstrar polidez no trato com o público e colegas de trabalho</p>
ENCARREGADO	<p>a Escolaridade mínima: Ensino Fundamental incompleto (alfabetizado);</p> <p>b Ter conhecimento das condições descritas no Projeto Básico e no contrato;</p> <p>c Ter conhecimento básico de informática;</p>	<p>a Demonstrar resistência e condicionamento físico compatíveis como exercício das atividades;</p> <p>b Demonstrar paciência;</p> <p>c Trabalhar em equipe;</p> <p>d Demonstrar iniciativa;</p>



	<p>d Ter experiência trabalhando em equipes de prestação de serviços agropecuários;</p>	<p>e Demonstrar prudência;  f Demonstrar equilíbrio físico;  g Reconhecer limitações pessoais;  h Demonstrar capacidade de trabalhar em alturas;  i Contornar situações adversas;  j Demonstrar agilidade;  k Demonstrar controle emocional;  l Demonstrar destreza manual;  m Demonstrar polidez no trato com o público e colegas de trabalho</p>
--	---	--

6.6 Os serviços a serem executados pelo Trabalhador Agropecuário em Geral são: Tratar animais; Recolher animais; Monitorar animais; Alimentar animais; Higienizar animais; Ordenhar animais; Mediar animais; Vacinar animais; Classificar animais; Domar animais; Castrar animais; Mochar animais; Marcar animais; Descornar animais; Tosquiar animais; Casquear animais; Ferrar animais; Separar animais; Pesar animais; Medir animais; Manejar área de cultivo; Escolher sementes; Montar viveiros; Montar estufas; Distribuir sementes; Regar plantação; Escolher mudas; Enxertar plantas; Capinar área plantada; Transplantar mudas; Plantar cercas vivas; Eliminar ervas daninhas com máquinas; Irrigar plantação; Efetuar cobertura de solo; Estaquear plantas; Aplicar defensivos agrícolas; Podar plantas; Cobrir frutos e plantas; Colher produção; Preparar solo para plantio; Cercar área de plantio; Colher amostra de solo para análise; Formar coivara; Corrigir solo; Nivelar solo; Arar solo; Gradear solo; Formar curva de nível; Construir barragens para plantio; Sulcar solo; Covear solo; Medir canteiros; Adubar solo; Efetuar manutenção na propriedade; Reformar estradas de acesso à propriedade; Reformar pontes; Limpar ferramentas; Amolar ferramentas; Imergir mourões em solução química; Reformar cercas; Abrir valas; Reparar instalações; Construir açudes; Furar cisternas; Construir caixas d'água; Montar instalação hidráulica; Construir instalações; Limpar instalações; Pintar instalações; Consertar instalações elétricas; Consertar máquinas e equipamentos; Desinfetar material de vacinação, reprodução e cirúrgico; Cuidar da reprodução de animais; Identificar cio de animais; Selecionar reprodutores e matrizes; Organizar cruzamentos; Prender matrizes; Colocar animais para monta; Preparar material para inseminação; Inseminar animais; Registrar dados de cobertura e parição; Auxiliar partos de animais; Curar umbigo de animais recém-nascidos; Amamentar animais recém-nascidos; Controlar peso e medida de animais recém-nascidos; Controlar desmame de animais; Beneficiar produtos agropecuários; Esterilizar material de beneficiamento; Descascar matéria-prima; Abater animais; Coalhar leite para fabricação de queijo; Lavar matéria-prima; Secar matéria-prima; Moer matéria-prima; Ralar matéria-prima; Misturar ingredientes; Fermentar matéria-prima; Cozer matéria-prima; Defumar carnes e queijos; Organizar produtos agropecuários para comercialização; Classificar produtos; Embalar produtos; Rotular produtos; Armazenar produtos; Transportar produtos.

6.7 Os serviços a serem executados pelo Operador de Motosserra são: Extrair madeira; Amolar foice e machadinha; Afiar corrente de motosserra; Roçar vegetação nativa; Identificar áreas de extração; Derrubar árvores mapeadas; Desgalhar árvores; Enfileirar restos de galhos

entre leiras; Classificar toras conforme diâmetro e comprimento; Observar presença de ganchos em toras; Marcar pontos de cortes em árvores; Cortar árvores em toras; Descascar toras; Separar madeira conforme utilização; Guardar equipamentos; Reflorestar áreas; Plantar mudas de árvores; Capinar mato; Replantar mudas em covas não plantadas; Aceirar plantações; Inventariar florestas; Examinar planta topográfica; Relatar ocorrências de incêndios, pragas, desmatamentos e intempéries; Selecionar árvores dominantes; Sinalizar árvores selecionadas; Selecionar árvores grossas, médias e finas; Realizar medições; Cubar toras e toretes; Medir pilhas de árvores, toras e toretes baldeados; Anotar medidas coletadas; Transportar árvores, toras e toretes; Empilhar árvores, toras e toretes; Acondicionar toras e toretes; Baldear toras e toretes de campo para estrada; Limpar pilhas de toras e toretes; Carregar árvores, toras e toretes em caminhões, balsas, vagões e jangadas; Amarrar cabos de aço em pilhas e toras; Descarregar árvores, toras e toretes em caminhões, balsas, vagões e jangadas; Separar roletes de madeira; Empregar medidas de segurança; Treinar colegas de trabalho; Registrar treinamento de colegas; Indicar áreas de derrubada de árvores com placas de advertência; Detectar riscos de acidentes; Regular equipamentos; Conferir distâncias entre equipes em áreas de extração; Conferir inclinação de árvores; Observar direção de vento; Apagar incêndios em florestas; Condicionar solo para plantio; Coletar amostras de solo; Localizar formigueiros; Marcar terreno; Covear terreno; Fertilizar solo.

**6.7.1 Observação:** Em virtude da sazonalidade na demanda de trabalho para o operador de motosserra ao longo do ano, ele poderá atuar no Campus Santa Teresa, desempenhando outras atividades agropecuárias de menor complexidade.

6.8 Os serviços a serem executados pelo Tratorista Agrícola são: Operar máquinas e implementos agrícolas; Ligar e desligar máquinas; Controlar painel de comandos e instrumentos; Ligar e desligar implementos; Acionar alavancas; Conferir ruídos de máquinas e implementos; Controlar barras de pulverização; Misturar agrotóxicos e fertilizantes; Carregar e descarregar adubos e colheitas; Fixar balizas em solo; Ajustar máquinas e implementos; Regular altura de máquinas e implementos; Ajustar profundidade e largura de implementos; Regular velocidade de máquinas; Regular quantidade de sementes e adubos; Inverter polias; Ajustar baliza de plantadeira; Preparar máquinas e implementos; Verificar nível de água e óleo; Verificar condições de filtro de ar; Conferir tensionamento de correias; Trocar pneus; Acoplar implementos em trator; Abastecer máquinas e implementos; Programar rotações de motor e turbinas; Programar horários de atividades de máquinas; Realizar manutenção em primeiro nível de máquinas e implementos; Engraxar rolamentos, engrenagens e buchas; Trocar peças de implementos e máquinas; Lavar máquinas e implementos; Limpar filtro de ar; Trocar óleos e filtros; Colocar água em pneus e baterias; Calibrar pneus; Guardar máquinas, implementos e equipamentos; Empregar medidas de segurança; Assessorar em treinamento de colegas; Vestir uniformes de proteção individual; Colocar óculos, abafadores, máscaras e luvas; Calçar botas; Armazenar produtos químicos; Sinalizar áreas de riscos de acidentes; Confirmar desligamento de máquinas e implementos; Encapar correias, correntes e giratórias de motor; Engrenar máquinas agrícolas estacionadas; Auxiliar em planejamento de plantio; Coletar amostra de solo; Propor medidas para aprimoramento de plantio; Testar germinação de sementes; Contar sementes germinadas; Auxiliar em planejamento de quantidade de sementes e adubos por área de plantio; Auxiliar em planejamento de direção de plantio de lavoura; Informar dados de profundidade e umidade de solo.

**6.8.1 Observação:** Em virtude da sazonalidade na demanda de trabalho para o tratorista agrícola ao longo do ano, ele poderá atuar no Campus Santa Teresa, desempenhando outras atividades agropecuárias de menor complexidade.

6.8.2 Deve-se observar para a contratação do tratorista agrícola, o Artigo 144 do Código Brasileiro de Trânsito de dezembro de 2008, que exige para a realização de trabalhos agrícolas, com tratores de roda, esteira ou mistos, habilitação dos operadores nas categorias C, D ou E.

6.9 Os serviços a serem executados pelo Operador de Máquina Roçadeira são: Apresentar conhecimentos básicos do funcionamento de roçadeiras; Apresentar conhecimentos básicos de segurança na operação de roçadeiras; Apresentar conhecimentos sobre os procedimentos a serem realizados após o uso do equipamento; Limpar filtros de ar e de combustível; Trocar filtros de ar e de combustível; Fazer limpeza e lubrificação do equipamento; Realizar a troca e manutenção dos implementos de corte (lâmina, serra e nylon); Fazer correta mistura do lubrificante e combustível; Abastecer o equipamento; Utilizar EPI's recomendados; Realizar o corte de grama, pastagens, plantas daninhas e capoeiras; Realizar trabalhos em terrenos com topografia acidentada; Realizar o corte das plantas em diferentes alturas; Fazer a limpeza da área roçada.

6.9.1 **Observação:** Em virtude da sazonalidade na demanda de trabalho para o operador de roçadeira ao longo do ano, ele poderá atuar no Campus Santa Teresa, desempenhando outras atividades agropecuárias de menor complexidade.

6.10 Os serviços a serem executados pelo Operador de Caldeira são: Preparar máquinas e equipamentos para entrar em operação; Inspecionar máquinas e equipamentos; Completar nível de água e óleo; Verificar estoque de combustível; Abastecer fornalha com combustível; Iniciar queima de combustível na fornalha; Realizar preaquecimento de máquinas e equipamentos; Acionar máquinas e equipamentos; Testar o funcionamento de máquinas e equipamentos; Avaliar tensão das correias; Interpretar normas técnicas operacionais; Controlar o funcionamento de caldeiras; Controlar tiragem de gases da fornalha; Verificar vazão da água; Controlar pressão da caldeira; Controlar quantidade de combustível na fornalha; Controlar nível de água no tanque de alimentação; Inspecionar combustão da fornalha; Controlar entrada de ar nos queimadores; Controlar a pressão e vazão de óleo nos queimadores; Controlar temperatura do vapor; superaquecido; Vistoriar tubulações da caldeira; Controlar distribuição de vapor; Registrar dados sobre funcionamento da caldeira; Controlar tiragem de vapor da caldeira; Controlar qualidade da água; Coletar amostras; Medir pH, condutividade e índice de sílica da água; Efetuar descarga de fundo; Preparar soluções de produtos químicos, conforme orientações do fornecedor e responsável técnico; Controlar dosagem de soluções de produtos químicos na caldeira; Operar sistemas de bombeamento; Manusear válvulas; Extrair ar do sistema de bombeamento; Controlar vazão do sistema de bombeamento; Controlar temperatura e pressão; Anotar dados sobre sistema de bombeamento; Controlar o funcionamento de máquinas fixas; Interpretar relatórios da produção; Elaborar relatórios de funcionamento; Realizar manutenção de rotina; Identificar defeitos; Limpar queimadores; Limpar filtros de óleo combustível e de óleos lubrificantes; Trocar filtros de óleo; Realizar pequenos reparos; Solicitar a manutenção de máquinas e equipamentos; Monitorar manutenção de máquinas e equipamentos; Limpar fornalhas; Limpar tubulações da caldeira; Trabalhar com segurança; Usar equipamentos de proteção individual; Bloquear equipamentos; Identificar condições inseguras; Interpretar normas de segurança e de meio ambiente; Auxiliar na análise preliminar de riscos; Armazenar resíduos em condições seguras.

6.10.1 **Observação:** Em virtude da sazonalidade na demanda de trabalho para o operador de caldeira e do número de horas/dia que seu trabalho será exigido no setor

de Agroindústria do Campus Santa Teresa, ele poderá desempenhar outras atividades agropecuárias de menor complexidade no setor de Agroindústria.

6.10.2 Deve-se observar para a contratação do operador de caldeira, o item 13.3.5 da Norma Regulamentadora nº 13 do Ministério do Trabalho e Emprego (Portaria nº 23, de dezembro de 1994), que regulamenta sobre a utilização de caldeiras e vasos de pressão. Esta NR trata como obrigatório a necessidade de Certificado de Treinamento de Segurança na Operação de Caldeiras para o operador de caldeira.

6.11 Os serviços a serem executados pelo Encarregado são: Coordenar e organizar os trabalhos nos setores; Distribuir os materiais, ferramentas e equipamentos para a execução das atividades; Fazer cumprir o plano de trabalho da empresa objetivando o perfeito cumprimento do contrato; Identificar e direcionar os trabalhadores de acordo com suas habilidades para melhor cumprimento das atividades; Fazer contratações buscando manter o quantitativo contratado; Monitorar os funcionários, avaliando sua produtividade, pontualidade, zelo pelo patrimônio público, respeito aos alunos, servidores, visitantes e demais prestadores de serviço, cobrando dos subordinados, notificando e substituindo os prestadores de serviço, quando necessário; Acompanhar as atividades desenvolvidas pelos prestadores de serviço, buscando identificar situações de risco, minimizando a ocorrência de acidentes de trabalho; Cobrar dos prestadores de serviço a utilização de EPI's, no desenvolvimento das atividades onde se faz necessário o uso dos mesmos; Levantar as demandas de uniformes, EPI's e demais materiais e serem fornecidos pela contratada, para que possam ser providenciados em tempo hábil; Fiscalizar os trabalhos executados nos setores e tomar providências junto aos trabalhadores quando ocorrerem denúncias ou notificação da Comissão de Fiscalização do Ifes Campus Santa Teresa.

6.11.1 **Observação:** Em virtude da sazonalidade na demanda de trabalho para o encarregado ao longo do ano, ele poderá atuar no Campus Santa Teresa, desempenhando outras atividades agropecuárias de menor complexidade

6.12 Os profissionais indicados pela CONTRATADA deverão cumprir todas as normas gerais a seguir relacionadas, e ainda as atribuições específicas de cada serviço contratado, conforme consta das especificações técnicas:

6.12.1 Ser pontual e permanecer no posto de trabalho determinado, ausentando-se apenas quando substituído(a) por outro(a) profissional ou quando autorizado;

6.12.2 Apresentar-se devidamente identificado(a) por crachá, uniformizado(a);

6.12.3 Cumprir as normas de segurança para acesso às dependências da CONTRATANTE;

6.12.4 Comunicar à autoridade competente qualquer irregularidade verificada;

6.12.5 Observar normas de comportamento profissional, técnicas de atendimento ao público e cumprir as normas internas do órgão;

6.12.6 Entrar em áreas reservadas somente em caso de emergência ou quando devidamente autorizado;

6.12.7 Zelar pela preservação do patrimônio da CONTRATANTE sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência do local de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário;

6.12.8 Operar, sempre que necessário e de forma adequada, equipamentos e sistemas informatizados disponíveis para a execução dos serviços;

- 6.12.9 Solicitar apoio técnico junto às unidades competentes da CONTRATANTE para solucionar falhas em máquinas e equipamentos;
- 6.12.10 Conhecer a missão do posto que ocupa, assim como a forma de utilização dos equipamentos colocados à sua disposição;
- 6.12.11 Assumir o posto com todos os acessórios necessários para o bom desempenho do trabalho;
- 6.12.12 Receber ou passar as informações ao assumir ou deixar o posto, relatando todas as situações encontradas, bem como as ordens e orientações recebidas;
- 6.12.13 Guardar sigilo de assuntos dos quais venha a ter conhecimento em virtude do serviço;
- 6.12.14 Buscar orientação com o encarregado, em caso de dificuldades no desempenho das atividades, repassando-lhe o problema;
- 6.12.15 Adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais;
- 6.12.16 Levar ao conhecimento do encarregado, imediatamente, qualquer informação considerada importante;
- 6.12.17 Evitar tratar de assuntos particulares ou que não tenham afinidade com o serviço desempenhado, durante o horário de trabalho, a fim de evitar o comprometimento e interrupções desnecessárias no atendimento;
- 6.12.18 Evitar confrontos com servidores, outros prestadores de serviço e visitantes da CONTRATANTE tratando todos com urbanidade;
- 6.12.19 Não abordar autoridades ou servidores para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, as particularidades devem ser tratadas com o preposto que informará à empresa e à FISCALIZAÇÃO ou GESTÃO do Contrato;
- 6.12.20 Não participar, no âmbito da CONTRATANTE, de grupos de manifestações ou reivindicações, evitando espalhar boatos ou tecer comentários desairosos ou desrespeitosos relativos a outras pessoas.
- 6.12.21 O plano de trabalho e atribuições básicas poderá sofrer alterações em razão de necessidade e de adequação dos serviços, para que estes atendam a contento a demanda existente.

## **7 DOS UNIFORMES**

7.1 Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada aos seus empregados, deverão ser condizentes com a atividade desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

7.2 Deverão ser entregues conjuntos completos ao empregado na quantia de 02 (dois) no início da execução do contrato, devendo ser substituídos conforme prazos especificados no Quadro I do Anexo A.

7.3 No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que necessário.

7.4 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

7.5 A relação completa dos Uniformes está descrita no ANEXO A.

## **8 DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL**

8.1 A especificação dos EPI's e estimativa de fornecimento encontram-se no ANEXO "A" deste documento, devendo ser substituídos conforme prazos especificados no Quando I do Anexo A.

## **9 DOS HONORÁRIOS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

9.1 Haverá dois modelos de jornada de trabalho:

9.1.1 Em escala de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com intervalo de 1 (uma) hora para almoço. Poderá ser cumprida de duas formas, a critério da Administração:

9.1.1.1 36 horas de segunda a quinta e 8 horas na sexta; ou

9.1.1.2 40 horas de segunda a sexta e 4 horas no sábado.

9.1.2 Em escala de 12 x 36 (doze por trinta e seis) horas: 12 (doze) horas de trabalho, seguido de 36 (trinta e seis) horas de descanso, com intervalo para refeição de no mínimo 30 (trinta) minutos e máximo de 60 (sessenta) minutos.

9.2 A carga horária deverá ser distribuída de acordo com o horário de funcionamento da Contratante.

9.3 Não estão autorizadas pela Administração a realização de hora extra e nem de trabalho noturno após às 22 horas.

9.4 Os horários de início e fim das jornadas poderão ser alterados por necessidade da Administração, desde que devidamente justificados e comunicados à Contratada com antecedência mínima de 48 horas.

9.5 A duração diária da jornada trabalhista de cada funcionário respeitará os limites estabelecidos pela legislação.

9.6 O excesso de horas trabalhadas em um dia deverá ser compensado pela correspondente diminuição em outro dia (compensação da jornada de trabalho) e respeitará os limites legais, bem como o pactuado nas negociações coletivas. É responsabilidade da empresa a fiscalização da jornada.

9.7 O trabalho em feriados eventualmente poderá ser requerido, seguindo rigorosamente a legislação trabalhista vigente.

9.8 Como a medição do contrato se dará com base no serviço realizado e não apenas na pontualidade e assiduidade de seus funcionários, é responsabilidade da empresa fiscalizar a jornada de trabalho de seus empregados.

9.9 Eventuais faltas e atrasos de funcionários que impactem na qualidade da prestação dos serviços poderão ensejar multas bem como alterações no índice de medição do resultado, que impactam no valor da nota fiscal a ser paga.

9.10 A contratada providenciará o registro da hora de entrada e saída de cada empregado, por meio de folha de ponto, em registro manual, mecânico ou eletrônico, que deverá ser assinado ou registrado diariamente pelo empregado, mensalmente homologado pela sua

chefia, e após isso, submetidos à fiscalização administrativa do contrato para fins de medição e ateste para o pagamento pelos serviços prestados no período.

9.11 As Fiscalizações Técnicas e Administrativas do contrato devem conferir se os limites legais das jornadas de trabalho estão sendo respeitados.

## **10 DEMAIS REQUISITOS**

10.1 Deverá ser firmado entre o órgão e a contratada um Instrumento de Medição de Resultado (IMR), com o propósito de delimitar a execução dos serviços dentro dos padrões de qualidade definidos.

10.2 É de responsabilidade da contratada na prestação dos serviços contratados, cumprir a legislação ambiental, para a gestão sustentável dos serviços, observando os Instrumentos de Medição de Resultado (IMR), nos termos do art. 1º, inciso II, e Anexo VIB, item 1, alínea c, da Instrução Normativa nº 005/2017-SEGES/MPDG.

10.3 É obrigação da contratada disponibilizar equipe técnica qualificada, devidamente registrada, para a prestação dos serviços, bem como os demais materiais e equipamentos necessários à execução das atividades relativas à contratação.

10.4 A contratada deverá observar a legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho, às normas coletivas da categoria profissional e as normas internas de segurança e saúde do trabalho.

10.5 É obrigação da contratada treinar e capacitar periodicamente seus empregados no atendimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como prevenção de incêndio, práticas de redução do consumo de água, energia e redução da geração de resíduos para implementação das lições aprendidas durante a prestação dos serviços.

10.6 É de responsabilidade da contratada o fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) em bom estado de utilização aos seus funcionários, prezando pela saúde e segurança durante a execução da prestação dos serviços.

10.7 É obrigação da contratada respeitar as Normas Brasileiras (NBR's) sobre resíduos sólidos, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

10.8 As pilhas e baterias utilizadas na execução dos serviços, em equipamentos ou outros materiais de responsabilidade da contratada, deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio, conforme Resolução CONAMA nº 401/2008, com as alterações da Resolução nº 424/2010.

10.9 É de responsabilidade da contratada a verificação da não utilização de produtos que observem a utilização de Substâncias Perigosas, Biodegradabilidade dos Tensoativos, Toxicidade Aquática e Teor de Fósforo acima dos limites estabelecidos por regulamentos ou legislação apropriada.

10.10 É permitida a utilização de produtos que, comprovadamente, sejam derivados de matérias-primas totalmente naturais.

## **11 JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

11.1 Considerando a natureza similar dos postos de trabalho ora demandados e com a finalidade de propiciar uma melhor sistemática de controle e fiscalização dos serviços prestados, reduzindo custos e assim minimizando os riscos de eventuais prejuízos à administração e/ou de expor a risco a qualidade destes serviços, o parcelamento dos itens para

a licitação **não se mostra técnica e economicamente viável**, por isso haverá o **agrupamento em dos postos em um único item** e consequentemente será utilizado como critério de julgamento o valor global por grupo.

## **12 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

12.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

12.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês, ano e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

12.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

12.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

12.6 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

12.6.1 exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente ao preposto ou responsável por ela indicada.

12.7 Fornecer por escrito as informações relevantes para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

12.8 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços.

12.9 Arquivar, entre outros documentos, especificações técnicas, orçamentos, autorização de serviço, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas e notificações expedidas.

## **13 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

13.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

13.2 É de responsabilidade da contratada, a avaliação de insalubridade/periculosidade dos serviços/loais de trabalho, conforme LTCAT (**Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho**) contratada pela licitante vencedora, que poderá ser incluído na planilha de composição de custos e posteriormente apostilado.

13.3 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

13.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a contratante autorizada a



descontar da garantia ou dos pagamentos devidos à contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

13.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

13.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

13.7 Comunicar à fiscalização/gestão do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

13.8 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela contratante ou por seu preposto, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

13.9 Paralisar, por determinação da contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.10 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

13.11 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.12 Submeter previamente, por escrito, à contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do termo de referência.

13.13 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

13.14 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

13.16 Assegurar à contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

13.15.1 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

13.15.2 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os produtos gerados na execução

do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

13.17 Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração.

13.18 Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

13.19 Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes.

13.20 A empresa contratada regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverá apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017:

13.20.1 Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

13.20.2 cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

13.20.3 Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

13.20.4 Declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

13.20.5 Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo.

13.20.6 De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

13.21 Apresentar relação dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

13.22 Substituir, no prazo de 02 (duas) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato.

13.23 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

13.24 Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

13.25 Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

13.26 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

13.27 Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços, no turno imediatamente subsequente.

13.28 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.

13.29 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

13.30 Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

13.30.1 Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

13.30.2 Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

13.30.3 Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

13.31 encaminhar à contratante a indicação de preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato, e mantê-lo nos locais de prestação de serviço.

13.32 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

13.33 Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante.

13.34 A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento

da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

13.35 Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

13.36 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.

13.37 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

13.38 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

13.39 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

13.40 A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

13.41 O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

13.42 Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

13.43 Cumprir todas as obrigações previstas em lei regidas pela CLT, principalmente relativo ao pagamento de adicionais de insalubridade, periculosidade e adicional noturno aos empregados da Contratada.

## **14 DA SUBCONTRATAÇÃO**

14.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **15 ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

15.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **16 CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

16.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por

um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma da lei em vigor.

16.2 O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

16.2.1 Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

16.2.2 Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

16.2.3 Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

16.2.4 Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e

16.2.5 Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela Contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto. Quando a contratação exigir fiscalização setorial, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais.

16.3 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

16.4 A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

16.5 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as comprovações de regularidade (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

16.6 Efetuar a entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

16.6.1 Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

16.6.2 Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

16.6.3 Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

16.6.4 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

16.7 Entrega, quando solicitado pela Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

16.7.1 Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Contratante;

16.7.2 Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomadora a Contratante;

16.7.3 Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

16.7.4 Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

16.7.5 comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

16.8 Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

16.8.1 Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

16.8.2 Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

16.8.3 Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

16.8.4 Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

16.9 A Contratante deverá analisar a documentação solicitada no item 16.9 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

16.10 No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

16.11 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela Contratada poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

16.12 A Contratante poderá conceder prazo para que a Contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

16.13 Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a Contratada observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

16.14 O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da Contratada.

16.15 A Contratante deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

16.16 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo constante no Anexo IX, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

16.16.1 Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

16.16.2 Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.17 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.18 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

16.19 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.20 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, se previstos, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

16.21 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

16.22 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da Contratante, conforme disposto na lei.

16.23 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a Contratante comunicará o fato à Contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

16.24 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

16.25 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de

imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.

## **17 DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

17.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

17.2 No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

17.3 O recebimento provisório será realizado pela gestão do contrato/equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários;

17.3.2 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto.

17.4 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.5 Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

17.6 No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.6.1 Após análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e constatado total regularidade documental, emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

17.6.2 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

17.8 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.



## **18 DO PAGAMENTO**

18.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.2 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.3 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.5 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.6 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 18.6.1 O prazo de validade;
- 18.6.2 A data da emissão;
- 18.6.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 18.6.4 O período de prestação dos serviços;
- 18.6.5 O valor a pagar; e
- 18.6.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.7 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

18.8 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 18.8.1 Não produziu os resultados acordados;
- 18.8.2 Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 18.8.3 Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18.9 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.10 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.11 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.12 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.13 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.14 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.15 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.16 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.17 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.18 A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

18.19 Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

18.20 A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo/apostilamento.

18.21 Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

18.22 A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

18.23 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \left( \frac{6}{100} \right) \times I = 0,00016438 \quad I = (TX) \times \frac{365}{100}$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## **19 DA CONTA DEPÓSITO VINCULADA**

19.1 Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

19.2 A futura Contratada deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

19.2.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

19.3 A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

19.4 O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

19.4.1 13º (décimo terceiro) salário;

19.4.2 Férias e um terço constitucional de férias;

19.4.3 Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

19.4.4 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

19.4.5 Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

19.5 O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

19.6 Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

19.7 Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

19.8 A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitem acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

19.8.1 Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na contadepósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

19.8.2 A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

19.8.3 A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

19.9 O saldo remanescente dos recursos depositados na conta depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017

## **20 DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO EM SENTIDO AMPLO (REACTUAÇÃO)**

20.1 Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

20.2 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

20.3 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa e para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constantes do Edital.

20.4 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

20.5 O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

20.6 Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

20.7 Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado a partir da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra ou do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa) do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado.

20.8 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

20.9 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

20.10 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

20.11 A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

20.12 Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação

de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

20.13 Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo), com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

$I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

20.14 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

20.15 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

20.16 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

20.17 Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

20.18 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

20.18.1 A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

20.18.2 Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

20.18.3 em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

20.19 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

20.20 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

20.21 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

20.22 As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

## **21 GARANTIA DA EXECUÇÃO**

21.1 O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

21.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

21.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento);

21.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

21.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

21.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

20.4.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

20.4.2 Prejuízos diretos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

20.4.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada.

21.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

21.6 A garantia em dinheiro, caução, deverá ser depositada em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

21.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

21.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

21.9 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

21.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

21.11 A contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

21.12 Será considerada extinta a garantia:

21.12.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da contratante, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

21.12.2 No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

21.13 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

21.14 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.

## **22 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

22.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

22.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

22.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.3 Falhar ou fraudar na execução do contrato;

22.1.4 Comportar-se de modo inidôneo; ou

22.1.5 Cometer fraude fiscal.

22.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à contratada as seguintes sanções:

22.2.1 Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

22.2.2 Multa de:

22.2.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

22.2.2.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;



22.2.2.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

22.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

22.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração a promover a rescisão do contrato;

22.2.2.6 as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

22.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

22.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

22.2.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

22.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a contratante pelos prejuízos causados;

22.3.1 As sanções previstas nos subitens 22.2.1, 22.2.3, 22.2.4 e 22.2.5 poderão ser aplicadas à contratada, juntamente a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

22.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

<b>Grau</b>	<b>Correspondência</b>
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato (1/12 avos do valor contratual)
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato (1/12 avos do valor contratual)
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato (1/12 avos do valor contratual)
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato (1/12 avos do valor contratual)
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato (1/12 avos do valor

	contratual)
--	-------------

**Tabela 2**

<b>Infração</b>		
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Grau</b>
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência.	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento.	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia.	02
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia.	03
5	Realizar a entrega do bem em más condições de limpeza.	01
6	Manter estrutura física do local de trabalho inadequada.	02
7	Realizar o transporte dos bens de forma inadequada.	04
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
8	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência.	01
9	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia.	01
10	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	03
11	Indicar e manter durante a execução do contrato o preposto previsto no edital/contrato.	01
12	Providenciar treinamento para seus funcionários.	01

22.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

22.5.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

22.5.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

22.5.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

22.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

22.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

22.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

22.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.9 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

22.10 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.11 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

### **23 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

23.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

23.2 Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

23.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

23.4 Os critérios de aceitabilidade de preços serão valor global e valores unitários conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

23.5 O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

23.6 As regras de desempate entre as propostas são as discriminadas no edital.

### **24 ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

24.1 O custo anual estimado da contratação é de R\$1.121.799,84 (um milhão cento e vinte e um mil setecentos e noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos).

### **25 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

25.1 A contratação será atendida pelo orçamento previsto para 2021 e anos subsequentes:

25.1.1 Programa de Trabalho: 12363501220RL0032;  
25.1.2 PTRES: 171113;  
25.1.3 Elemento de Despesa: 33903900;  
25.1.4 Fonte de Recurso: 8100000000.

Santa Teresa - ES, 20 de julho de 2021

**Hediberto Nei Matiello**

Coordenadoria Geral de Gestão de Campo

#### **ANEXO A – UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI's)**

Relação dos **uniformes** que deverão ser fornecidos para **todos os postos**:

- a Calças confeccionadas em jeans ou brim;
- b camisas confeccionadas em algodão, de manga curta;
- c Camisas confeccionadas em algodão, de manga longa;
- d Bonés árabes de pano;
- e Calçado de segurança, tipo botina em couro;
- f Calçado de segurança, tipo bota de borracha;

Relação dos **EPI's** que deverão ser fornecidos para **todos os postos**:

- a Protetor auricular tipo plug;
- b Óculos de proteção, com filtro UV e de cor escura;
- c Óculos de proteção, com filtro UV e translúcido;
- d Protetor solar;
- e Luvas de proteção de algodão com pigmentos de PVC;
- f Luva de vaqueta;
- g Capa de chuva de PVC tipo blusão com capuz, reutilizável;
- h Repelente de insetos;
- i Máscaras para poeira tipo PFF1 com válvula;
- j Avental impermeável com bolsos (fornecidos apenas para 4 postos de 12 x 36 horas que atuaram na ordenha de animais);

Relação dos **uniformes e EPI's** que deverão ser fornecidos para 01 posto de Operador de Caldeira, **destinado ao setor de Agroindústria**:

- a Jaqueta térmica frigorífica para câmara fria;

- b Calças confeccionada em jeans ou brim de cor branca;
- c Camisas confeccionada em algodão, de manga curta de cor branca;
- d Avental impermeável de cor branca;
- e Pacote com 100 mascaras descartáveis de cor branca;
- f Pacote com 100 toucas descartáveis;
- g Pacote com 100 luvas descartáveis de látex;

**Relação dos EPI's para aplicação de agrotóxicos** que deverão ser fornecidos para **todos os postos:**

- a Jaleco de manga longa, com elásticos nos punhos e na cintura para ajustes;
- b Calça hidrorrepelente com barra impermeável para aplicação de agrotóxicos;
- c Avental de segurança para aplicação de agrotóxico, confeccionado em Bagum ou outro material hidrorrepelente;
- d Boné tipo touca árabe, com palas laterais fechadas;
- e Luva de PVC ou nitrílica K10;
- f Protetor facial de policarbonato ou acetato transparente;
- g Máscara para aplicação de agrotóxico CA 14781 com filtro removível e refil do filtro;

**Relação dos EPI's para os dois postos de Operador de Roçadeira:**

- a Perneira;
- b Avental de raspa de couro;
- c Luvas de vaqueta cano curto;
- d Protetor facial de tela que cubra o rosto todo;
- e Protetor auricular tipo fone, com proteção mínima de 17 dB.

**Relação dos EPI's para o posto de Operador de Motosserra:**

- a Calça de proteção para operador de motosserra com trama de proteção em nylon;
- b Luva para operador de motosserra com trama de proteção em nylon;
- c Bota de proteção para operador de motosserra, com bico de aço e trama de proteção em nylon;
- d Capacete conjugado para operador de motosserra, com protetor facial de tela e abafador auricular tipo concha;

**Segue relação dos EPI's para o posto de Operador de Caldeira:**

- a Avental de raspa de couro;
- b Luva de raspa de couro;
- c Protetor auricular tipo fone, com proteção mínima de 17 dB.

No Quadro I encontram-se de forma resumida a descrição e os quantitativos dos uniformes e EPI's e seus respectivos prazos de fornecimento que deverão ser fornecidos pela contratada de acordo com o número de postos:

<b>QUADRO I – RELAÇÃO DE UNIFORMES E EPI's A SEREM ENTREGUES PELA CONTRATADA</b>				
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>PERÍODO DE FORNECIMENTO</b>
<b>1</b>	Calças confeccionada em jeans ou brim	Unidade	44	6 meses
<b>2</b>	Camisas confeccionada em algodão, de manga curta	Unidade	22	6 meses
<b>3</b>	Camisas confeccionada em algodão, de manga longa	Unidade	22	6 meses
<b>4</b>	Bonés árabes de pano	Unidade	22	12 meses
<b>5</b>	Calçado de segurança, tipo botina em couro	Unidade	22	6 meses
<b>6</b>	Calçado de segurança, tipo bota de borracha	Unidade	22	6 meses
<b>7</b>	Protetor auricular tipo plug	Unidade	22	6 meses
<b>8</b>	Óculos de proteção, com filtro UV e de cor escura	Unidade	22	12 meses
<b>9</b>	Óculos de proteção, com filtro UV e translúcido	Unidade	22	12 meses
<b>10</b>	Protetor solar	Unidade	22	12 meses
<b>11</b>	Luva de proteção de algodão com pigmentos de PVC	Unidade	44	6 meses
<b>12</b>	Luva de vaqueta	Unidade	22	12 meses
<b>13</b>	Capa de chuva de PVC tipo blusão com capuz, reutilizável	Unidade	22	12 meses
<b>14</b>	Repelente de insetos	Unidade	22	6 meses
<b>15</b>	Máscara para poeira tipo PFF1 com válvula	Unidade	44	6 meses
<b>16</b>	Avental impermeável com bolsos	Unidade	4	12 meses
<b>17</b>	Jaqueta térmica frigorífica para câmara fria	Unidade	1	24 meses
<b>18</b>	Calças confeccionada em jeans ou brim de cor branca	Unidade	2	6 meses
<b>19</b>	Camisas confeccionada em algodão, de manga curta de cor branca	Unidade	2	6 meses
<b>20</b>	Avental impermeável de cor branca	Unidade	1	6 meses
<b>21</b>	Mascara descartável de cor branca	Pacote c/ 100	2	6 meses
<b>22</b>	Touca descartável	Pacote c/ 100	2	6 meses
<b>23</b>	Luva descartável de látex	Pacote c/ 100	2	6 meses
<b>24</b>	Jaleco de manga longa, com elásticos nos punhos e na cintura para ajustes;	Unidade	22	12 meses
<b>25</b>	Calça hidrorrepelente com barra impermeável para aplicação de agrotóxicos;	Unidade	22	12 meses
<b>26</b>	Avental de segurança para aplicação de agrotóxico, confeccionado em Bagum ou	Unidade	22	12 meses

	outro material hidrorrepelente;			
<b>27</b>	Boné tipo touca árabe, com palas laterais fechadas;	Unidade	22	12 meses
<b>28</b>	Luva de PVC ou nitrílica K10;	Unidade	22	12 meses
<b>29</b>	Protetor facial de policarbonato ou acetato transparente;	Unidade	22	12 meses
<b>30</b>	Máscara para aplicação de agrotóxico CA 14781 com filtro removível e refil do filtro;	Unidade	22	12 meses
<b>31</b>	Perneira	Unidade	3	12 meses
<b>32</b>	Avental de raspa de couro	Unidade	4	12 meses
<b>34</b>	Protetor facial de tela que cubra o rosto todo	Unidade	3	12 meses
<b>36</b>	Protetor auricular tipo fone, com proteção mínima de 17 dB	Unidade	4	12 meses
<b>37</b>	Calça de proteção para operador de motosserra com trama de proteção em nylon	Unidade	1	12 meses
<b>38</b>	Luva para operador de motosserra com trama de proteção em nylon	Unidade	1	12 meses
<b>39</b>	Bota de proteção para operador de motosserra, com bico de aço e trama de proteção em nylon	Unidade	1	12 meses
<b>40</b>	Capacete conjugado para operador de motosserra, com protetor facial de tela e abafador auricular tipo concha	Unidade	1	12 meses
<b>41</b>	Luva de raspa de couro	Unidade	1	6 meses

Santa Teresa, ES – 30 de julho de 2021

**Hediberto Nei Matiello**

Coordenadoria Geral de Gestão de Campo